
Carta de Nairobi sobre a Transformação do Financiamento da Educação

**Colaboração para a Aprendizagem sobre o
Financiamento da Educação, África**

Nairobi, April 2026

Preâmbulo

Nós, organizações da sociedade civil de toda a África, que fazemos parte da Colaboração de Aprendizagem «Education Out Loud» (EOL) sobre o Financiamento da Educação em África, reunimo-nos em Nairobi do 21 ao 24 de Abril de 2026:

- Reconhecemos os esforços significativos envidados pela maioria dos governos africanos para promover o direito à educação, muitas vezes em circunstâncias difíceis.
- Reafirmamos que a educação é um direito humano fundamental e um bem público.
- Afirmamos que o actual financiamento da educação continua a ser insuficiente, desigual e limitado pela fraca mobilização de recursos internos, pelo peso da dívida, pelas desigualdades financeiras globais e pelas medidas de austeridade.
- Manifestam profunda preocupação pelo facto de muitos governos africanos não só não estarem a cumprir os parâmetros de referência reconhecidos em matéria de financiamento da educação, como estarem, na verdade, a reduzir a percentagem das dotações orçamentais destinadas à educação.
- Salientam que o financiamento deve ser orientado pelo que é necessário para proporcionar uma educação gratuita, de qualidade e inclusiva, e não apenas pelos recursos disponíveis no âmbito de medidas restritas, impostas externamente e frequentemente arbitrárias de «espaço orçamental».
- Afirmamos a importância crucial dos compromissos com a transparência, a responsabilização e o impacto a longo prazo — garantindo que nenhum aluno seja deixado para trás.
- Encorajar os governos a aprender com e a implementar abordagens para determinar o Custo da Educação de Qualidade por Aluno, em consonância com as experiências no Brasil, Essuatíni, Uganda, Moçambique e Cabo Verde.
- Apelamos os nossos governos a avançarem rapidamente no cumprimento dos compromissos financeiros assumidos na Cimeira de Transformação da Educação dos Chefes de Estado da ONU, em 2022: investir mais, de forma mais equitativa e mais eficiente na educação.

Reconhecemos a importância de garantir uma reposição total da Parceria Global para a Educação (GPE) e da «Educação Não Pode Esperar» (ECW) ainda este ano. No entanto, estamos preocupados com as narrativas problemáticas dos doadores em torno da pobreza de aprendizagem e do ensino básico, que menoscama o direito à educação. Afirmamos que, embora a ajuda e os empréstimos para a educação possam desempenhar um papel, precisamos de uma mudança de mentalidade mais ampla para nos concentrarmos mais na maximização da mobilização de recursos nacionais para a educação – o que requer tanto uma acção sustentada por parte dos governos nacionais como uma acção internacional coordenada para alterar as regras e políticas globais que prejudicam o financiamento da educação.

Nosso apelo à acção: Financiamento sustentável para o futuro da educação

1. Aumentar a percentagem dos orçamentos públicos atribuídos à educação para, pelo menos, 20% do orçamento nacional e/ou 6% do PIB

- A Declaração de Incheon e o Quadro de Acção «Educação 2030» comprometeram todos os governos a cumprir os objectivos de destinar 15 a 20 % do orçamento nacional e 4 a 6 % do PIB à educação.
- A declaração afirmou também que os países de rendimento mais baixo, com disparidades significativas em termos de equidade e qualidade, precisam de atingir ou exceder 20% do orçamento nacional e/ou 6% do PIB.
- É importante garantir que a percentagem do orçamento nacional usado na educação seja calculada e comunicada com base no orçamento disponível antes, e não depois, do serviço da dívida (o que é crucial para mostrar o impacto real das crises da dívida).

2. Aumentar a dimensão dos recursos públicos através da justiça fiscal e de medidas relativas à dívida

Promover a tributação progressiva

- Aumentar os rácios impostos/PIB para financiar de forma sustentável a educação pública. Dados do FMI mostram que os países de rendimento mais baixo poderiam aumentar os rácios impostos/PIB em, pelo menos, 5 pontos percentuais do PIB até 2030, permitindo duplicar os orçamentos para a educação e aumentos significativos na saúde e noutras despesas públicas.
 - Tomar medidas urgentes para se concentrar na obtenção dessas receitas adicionais através de reformas progressivas, sensíveis às questões de género e equitativas, incluindo:
 - Acabar com incentivos fiscais e isenções prejudiciais
 - Reformar a tributação no sector extractivo
 - Anular ou renegociar tratados fiscais injustos e tratados de dupla tributação, alguns dos quais datam da era colonial
 - Colmatar lacunas que permitem a evasão e a elisão fiscais
 - Reforçar a tributação justa das empresas
 - Expandir a tributação progressiva do rendimento e da riqueza
 - Apoiar a finalização de uma Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Fiscal Internacional, vinculativa, ambiciosa e progressiva, até 2026, e a sua adopção em 2027.
-

Rejeitar a austeridade e proteger a educação pública

Rejeitar políticas que limitem o investimento público, incluindo: as orientações do FMI no sentido de reduzir ou congelar a massa salarial do sector público que afectam a profissão docente e cortes ou restrições mais amplas à despesa pública global com serviços públicos. Opor-se a medidas de carácter ideológico que promovam a privatização da educação, aumentando invariavelmente as desigualdades; e a parcerias público-privadas mal sucedidas que transfiram encargos injustos para o sector público a fim de facilitar a obtenção de lucros privados. Proteger explicitamente o financiamento de áreas críticas, tais como os salários dos professores, a inclusão, a equidade e o desenvolvimento de infra-estruturas.

Abordar a crise da dívida

Apoiar e promover:

- O alívio e o cancelamento da dívida, nos casos em que o peso da dívida limita o financiamento da educação. Qualquer país que gaste mais no serviço da dívida do que na educação deve ter acesso a um processo acelerado de reestruturação/cancelamento da dívida.
- Uma arquitectura global da dívida justa e transparente, incluindo o início de negociações para uma Convenção-Quadro da ONU sobre a Dívida Soberana.
- Maior transparência e responsabilização por parte dos governos nacionais no que diz respeito à gestão da dívida pública.
- Progressos nas reparações pelo comércio transatlântico de escravos (em conformidade com a recente resolução da ONU), pelos danos climáticos decorrentes da apropriação atmosférica (conforme reconhecido pela UNFCCC) e pela extracção generalizada de recursos durante a era colonial. Estas são dívidas do Norte Global para com África, que são muito superiores às dívidas externas de África.

3. Aumentar a sensibilidade dos orçamentos para a educação

O financiamento deve reduzir activamente a desigualdade e eliminar as barreiras à educação de qualidade. Assegurar que os orçamentos para a educação sejam equitativos, inclusivos e sensíveis às necessidades. Isto inclui dar prioridade a investimentos que abordem desigualdades estruturais, tais como:

- Infra-estruturas acessíveis, sensíveis às questões de género e inclusivas
 - Professores bem formados, capazes de apoiar a educação inclusiva, nomeadamente em conformidade com a declaração sobre escolas seguras
 - Apoio direccionado para comunidades rurais e marginalizadas
 - Distribuição equitativa de professores e incentivos
 - Desenvolver e implementar quadros de alocação baseados na equidade que abordem explicitamente as situações de desvantagem
-

4. Transformar o papel dos actores internacionais no financiamento da educação

A expansão do espaço fiscal requer tanto reformas internas como justiça financeira global. Por isso, apelamos também à comunidade internacional — incluindo doadores bilaterais, instituições financeiras internacionais e organismos de governação global — para :

- Apoiar uma ambiciosa Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Fiscal Internacional que esteja em conformidade com o direito dos direitos humanos, promova a igualdade interseccional e o desenvolvimento sustentável e garanta uma atribuição justa dos direitos de tributação — a ser finalizada em 2027
- Apoiar o início das negociações sobre uma Convenção-Quadro da ONU sobre a Dívida Soberana, que continua a ser uma exigência prioritária do Grupo Africano na ONU.
- Acabar com os sistemas globais que permitem o abuso fiscal e os fluxos financeiros ilícitos
- Cancelar a dívida e concretizar medidas de mecanismos de reestruturação justos e transparentes
- Alinhar as políticas das instituições financeiras internacionais com as obrigações em matéria de direitos humanos e o financiamento da educação pública
- Proporcionar um financiamento previsível, baseado em subvenções, que reforce os sistemas públicos. Assegurar que 20 % de toda a ajuda seja destinada à educação, tal como acordado na Cimeira «Transforming Education» (para alinhar a ajuda à educação com a percentagem dos orçamentos nacionais que se espera que os governos dediquem à educação).

5. Comprometer-se com a análise dos orçamentos da educação

Apelamos à total transparência orçamental e de despesas por parte dos governos — e comprometemo-nos, enquanto organizações da sociedade civil, a:

- Acompanhar o recurso ao longo de todo o ciclo orçamental e apoiar a participação da comunidade e a prestação de contas
- Reforçar a análise independente do financiamento da educação
- Construir e manter coligações para a defesa colectiva, incluindo a ligação entre coligações de educação e coligações fiscais e de dívida
- Envolver governos e parlamentos para exigir: transparência, equidade, financiamento acrescido e eficaz.

O escrutínio é essencial para garantir que os recursos cheguem aos mais necessitados e sejam utilizados de forma eficaz.

Conclusão

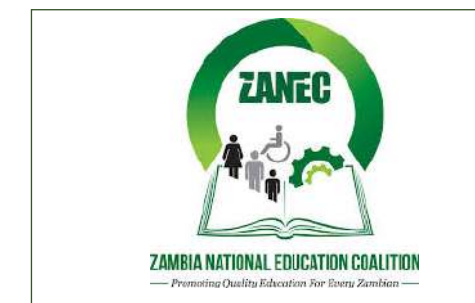
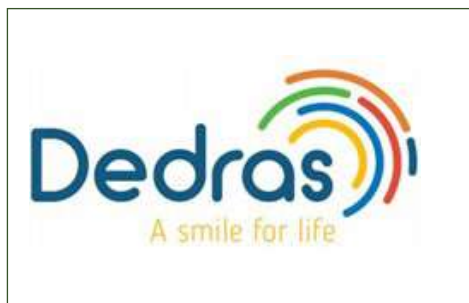
O financiamento da educação deve basear-se no que a qualidade exige, em vez de ser condicionado por modelos que limitam o direito das crianças africanas ao acesso a uma educação de qualidade. Rejeitamos o foco dos doadores na aprendizagem básica e em resultados de aprendizagem restritos, bem como a concepção de «pobreza de aprendizagem». Apoiamos activamente a adopção de quadros de financiamento que reflectam o custo real da implementação de sistemas de educação de qualidade, incluindo abordagens normativas de cálculo de custos baseadas nos direitos, como o Custo da Educação de Qualidade por Aluno (CAQi), que já está a ser testado em vários países pelos membros da colaboração de aprendizagem, para compreender melhor o custo adequado a concretização do direito à educação. Exigimos que todos os governos e actores empenhados na educação de direito aumentem a dimensão global dos orçamentos públicos, a percentagem dos orçamentos atribuída à educação, a sensibilidade das despesas com base na equidade e o escrutínio das despesas na prática.

Assinado por: _____

Endorsed by participating organisations



Endorsed by participating organisations



Endorsed by participating organisations

